

A impossibilidade das crises na Economia Política Clássica de Adam Smith e David

Ricardo.¹

Gabriel Alves dos Santos Silva²

Fernando Leitão Rocha Júnior³

Thiago José Nogueira Rodrigues dos Santos⁴

Resumo: Os precursores da Economia Política Clássica, Adam Smith e David Ricardo, desenvolveram as categorias econômicas — valor, preço, moeda, etc. — com o objetivo de entender o capitalismo e mostrar a razão da opulência das nações. O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo das crises na Economia Política Clássica de Adam Smith e David Ricardo. Em específico, pretendemos analisar que na teoria clássica as crises eram impossíveis. A análise do objeto começa com os dois pilares teóricos que fundamentam a teoria clássica, esses são a Teoria Quantitativa da Moeda de David Hume e a lei dos mercados de Jean Baptiste Say. Para a compreensão das crises em Smith, foi feita uma análise das categorias econômicas para o entendimento do equilíbrio entre oferta e demanda e a acumulação de capital. Em seguida, mostraremos a relação da teoria do valor para a formulação da teoria da distribuição de Ricardo. Dessa maneira, a análise permite apreender a dinâmica do mercado que não possibilita uma teoria das crises nos teóricos clássicos.

Palavras chaves: Economia Política Clássica, Capitalismo, Crises.

Abstract: The forerunners of Classical Political Economy, Adam Smith and David Ricardo, developed the economic categories - value, price, money, etc. - with the aim of understanding capitalism and showing the reason for the opulence of nations. The present work aims study the crises in the Classical Political Economy of Adam Smith and David Ricardo. Specifically, we intend to analyze that in classical theory these crises were impossible. The object analysis begins with the two theoretical pillars that underlie: classical theory: David Hume's quantity theory of money and Jean Baptiste Say's law of markets. To understand the crises through Smith, the economic categories were analysed to better understand the balance between supply and demand and the accumulation of capital. Next, the relation of value theory to the formulation of Ricardo's theory of distribution will be discussed. Thus, the analysis will allow for a grasp in the dynamics of the market which will not allow for a theoretical crisis in classical theorists.

Keywords: Classical Political Economy, Capitalism, Crises.

¹ O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de bolsa de estudo de iniciação científica.

² O autor do trabalho é aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

³ O coordenador do projeto de pesquisa é docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

⁴ O vice-coordenador do projeto de pesquisa é doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense.

Introdução

A Economia Política Clássica nasce como um campo do conhecimento cuja investigação se pautava nas relações sociais econômicas. A nova ciência nascente corroborou para a compreensão do capitalismo emergente. Nela, há um ponto de inflexão na compreensão da origem da riqueza de uma nação. Adam Smith (1723-1790) — cuja obra *A Riqueza das Nações* (1776) expressava a nova maneira de pensar a dinâmica das relações sociais econômicas de modo “científico” — perscruta os determinantes da opulência das nações e adere ao trabalho como a fonte dessa riqueza. A riqueza do indivíduo relacionada com a magnitude do produto do trabalho alheio que pode adquirir no mercado.

David Ricardo (1772 – 1823) — autor do livro *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817) — mantém a mesma perspectiva teórica de Adam Smith, que caracteriza a Economia Política Clássica, concebendo o trabalho como a fonte do valor troca, mas diverge na concepção teórica do seu predecessor. Enquanto a teoria do valor-trabalho formulada por Smith sofre de dualidades, ou seja, ele põe em equivalência a quantidade trabalho despendido na produção com a quantidade de trabalho que a mercadoria pode comprar ou comandar no mercado; Ricardo adere a fonte do valor de troca apenas a quantidade de trabalho necessária para a produção da mercadoria.

A diferença teórica concernente a teoria do valor-trabalho entre os dois autores consiste também na concepção da variabilidade do valor. Smith procura investigar uma medida padrão e invariável atribuindo ao trabalho; ao passo que Ricardo mostra que não há possibilidade de achar uma medida padrão invariável e, portanto, o que ele analisa é a relação proporcional de troca entre as mercadorias, ou seja, os valores relativos.

O fato é que a preocupação da Economia Política Clássica era mostrar como funcionava a dinâmica do novo modo de produção que estava se sedimentando e os pressupostos determinantes da produção de riqueza. As formulações teóricas das ciências econômicas desenvolvidas pelos dois autores têm como base o trabalho como fonte da riqueza.

Há dois pilares teóricos que fundamentam a Economia Política Clássica, vale dizer: a lei dos mercados ou, como é comumente conhecida, a lei de Say, formulada por Jean Baptiste Say (1767 – 1832) e a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) elucidada por David Hume (1711-1776).

A lei do Mercados pressupõe que a produção gerada tem a potencialidade de criar mercados para outros produtos proporcional ao valor da própria produção ou que toda a oferta encontrará a sua demanda. O que implica, por sua vez, que toda a renda auferida é totalmente gasta e, desta maneira, a produção gerada é totalmente absorvida pela demanda.

No capítulo XV do livro *Tratado de Economia Política* (1803) intitulado “Os Mercados”, Say expõe o que de fato “propicia mercados aos produtos da indústria”. Conforme o autor, é a própria

produção que cria condições para que os produtos sejam absorvidos. É importante ressaltar que a conceituação de riqueza para o autor é criação de utilidade. Portanto, a utilidade é a fonte do valor do produto, não a produção física da mercadoria. Para que um bem tenha valor é necessário que antes ele seja útil à um fim e que, por conseguinte, satisfaça a necessidade. Para compreender o paradoxo da própria produção criar mercados para outros produtos, é necessário partir de alguns pressupostos de sua teoria.

Um pressuposto significativo para a compressão da lei dos mercados é que a categoria dinheiro na formulação teórica do autor é vista somente como meio de circulação ou troca. A análise da dinâmica dos mercados realizadas por Say se assenta em uma sociedade de produtores simples, onde cada indivíduo (ou família) consomem aquilo que produz e, a partir dos excedentes, as mercadorias são permutadas. O produtor de mercadorias vende a sua mercadoria e, a partir do dinheiro recebido, por intermédio das vendas, compra bens de consumo. A análise é restrita a circulação simples de mercadorias, M-D-M, cujo objetivo da produção é vender para comprar bens de consumo.

Nesse caso, como a finalidade da produção é vender mercadorias para obter outras mercadorias com valor de uso para o seu próprio consumo; seja para a obtenção de mercadorias que serão aplicadas na produção (matérias-primas), seja para o consumo pessoal, implica que o que o empresário verdadeiramente precisa é desses respectivos produtos e, portanto, não de dinheiro. A utilidade do dinheiro é delimitada a transportar o valor do produto na operação entre compra e venda. É a mercadoria intermediária que tem como função facilitar a troca (SAY, 1982).

A lei dos mercados pressupõe que a renda obtida é integralmente gasta. A justificativa de Say é que, quando a produção da mercadoria é finalizada, o “desejo” do produtor é vendê-la para que o valor gerado não fique parado em suas mãos; para que isso ocorra é necessário que a venda se realize. Do mesmo modo, anseia em desfazer-se do dinheiro obtido, logo é necessário que efetue a compra de outro produto (SAY, 1982). Por consequência, o poder de compra gerado na produção é sempre convertido na compra de bens de consumo.

A partir da construção teórica do autor, é possível conceber o paradoxo da produção gerar mercados para outros produtos. O processo de produção de uma determinada mercadoria é simultaneamente a criação de valor (MIGLIOLI, 1979). Nesse caso, quando a capitalista vende a sua mercadoria, ele obtém um poder de compra equivalente ao montante do valor da sua respectiva mercadoria. Desta maneira, considerando que toda a renda será convertida em consumo, a oferta se iguala a demanda e o mercado chega ao equilíbrio. Logo, o valor da produção possui a potencialidade de gerar um poder de compra capaz de absorver a própria produção (MIGLIOLI, 1979).

Nesse sentido, os produtos são trocados por produtos e a moeda é utilizada somente como meio de troca. Portanto, não há possibilidades de haver um acúmulo de mercadorias em estoque, ou

seja, um excesso de oferta em relação a demanda. Say ignora a possibilidade de o dinheiro servir como forma de entesouramento. O que possibilita, por sua vez, que o valor auferido não necessariamente será imediatamente gasto. O autor confundiu o “poder de compra” com o “desejo” de vender ou comprar, ou seja, a generalização de que indivíduos se comportarão da mesma forma, gastando toda a renda auferida.

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) formulada por Hume pressupõe que a moeda tem como função ser representantes das mercadorias (HUME, 1983). Nesse sentido, Hume divergia dos mercantilistas em sua postulação da teoria da moeda, posto que estes viam a riqueza relacionada com quantidade metais preciosos (moeda-cunhada) adquiridos pelas vendas do comércio exterior. Conforme o autor, a moeda era somente o instrumento utilizada pela sociedade com a finalidade de facilitar as trocas das mercadorias no mercado. Esse é um dos pressupostos importantes da TQM, atribuir a função da moeda somente como meio de circulação.

Como a moeda passa a ser representantes das mercadorias, haverá uma correlação entre as duas variáveis na determinação do preço das mercadorias, ou seja, a flutuação dos preços dos produtos estará relacionada com a quantidades de moedas colocadas em circulação. Como para autor a moeda servirá apenas como representação das mercadorias, o demasiado fluxo de moedas postas circulação em relação a quantidade de mercadorias no mercado não terá qualquer influência negativa ou positiva na perspectiva da economia interna do país, abstraindo, nesse caso, o comércio exterior. Pois apenas uma maior quantidade de moedas representará igual quantidade de mercadorias (HUME, 1983).

Dessa maneira, a teoria nominalista da moeda de Hume permite que ele elabore a dinâmica das flutuações dos preços. No comércio exterior, a dinâmica dos preços difere da economia interna. O fluxo de moedas advindo das exportações terá como resultado o aumento gradativo dos preços, elevando; por conseguinte, o preço da mão de obra, bem como o das matérias-primas que serão aplicadas na produção. O aumento do preço das mercadorias terá como resultado a perda de vendas no mercado mundial para o país menos opulentos cujas mercadorias serão vendidas por um preço reduzido.

Se existir a liberdade entre as nações sem interferências exógenas no mercado, o país menos opulento exportará as suas mercadorias mais baratas no mercado mundial até que as quantidades de moedas metálicas migrem para esse respectivo país. O autor concebe a dinâmica do mercado, onde as moedas metálicas representam as mercadorias, influenciada por uma lei geral, assim como acontece nas leis físicas e naturais o qual não há necessidade que alguma variável externa intervenha. Esse movimento permite que o mercado chegue ao equilíbrio. Nesse sentido, conforme a teoria postulada pelo autor, a moeda influencia na balança comercial.

Esses — lei de Say e TQM — são os dois pilares teóricos que foram incorporados pela Economia Política Clássica. Ricardo defende Say, enunciando que haverá sempre uma demanda para

uma determinada oferta de mercadorias, abstraindo, por conseguinte a possibilidade de uma crise de superprodução generalizada. Uma vez que esse autor (Ricardo) teve grande influência no pensamento econômico, a lei dos mercados tornou-se um dos fundamentos da economia ortodoxa.

A TQM de Hume perpassa todo o conjunto do desenvolvimento teórico das ciências econômicas postulada por Adam Smith e David Ricardo. Dessa maneira, a concepção da conceituação do dinheiro nos dois autores — assim como a adoção da lei de Say em Ricardo — permitirá que seja feito uma análise das crises na Economia Política Clássica.

Nesse caso, a nossa pesquisa tem como fim responder a seguinte pergunta: há possibilidades de crises na Economia Política Clássica de Smith e Ricardo?

Logo, no presente trabalho pretendemos fazer um estudo da possibilidade de crises no pensamento econômico da Economia Política Clássica. Desse modo, destacaremos as interpretações teóricas concernentes as crises a partir das contribuições de Adam Smith e David Ricardo. Além desta seção, a próxima seção expõe a formação da sociedade comercial, formulada por Adam Smith, onde os indivíduos passam a viver por meio da troca. A partir dessa enunciação, mostraremos como o autor desenvolve as categorias valor e dinheiro, imprescindível para a compreensão da economia de troca e a função do dinheiro. A segunda seção trata-se de expor a formulação teórica do equilíbrio de mercado, a relação entre oferta e demanda de mercadorias. Em seguida, na terceira seção, mostraremos a relação que Smith coloca entre investimento, poupança e consumo na acumulação de capital. Colocando em destaque o papel da moeda na economia. E por fim, destacaremos as contribuições teóricas formuladas por Ricardo, influenciada pela lei de Say, da impossibilidade de crises de superprodução. Apontando os fundamentos de sua postulação teórica como: teoria do valor, teoria da distribuição e a conceituação da moeda. O trabalho é concluído na última seção.

1. A sociedade comercial: a origem do dinheiro e a fonte do valor de troca.

Em Smith, a riqueza de uma nação está relacionada ao trabalho como fonte criadora. A riqueza de um homem mensura-se pela capacidade que se tem de adquirir o produto do trabalho alheio. Nas primeiras páginas de *A Riqueza das Nações* o autor dedica-se a fazer uma exposição dos efeitos resultantes da introdução da divisão do trabalho. Nos dois primeiros capítulos da obra, Smith mostra o surgimento da “sociedade comercial” cujos indivíduos passam a viver por meio da troca.

O contexto da conjuntura econômica a qual o autor vivenciou e onde a postulação de sua teoria econômica se assentou é caracterizado pelo período manufatureiro. A organização da produção das manufaturas diferenciava-se das fábricas que desencadeou na Primeira Revolução Industrial que se caracterizava pela introdução da maquinaria. Na manufatura, os trabalhadores eram

reunidos em um mesmo lugar e a produção era regida manualmente. Dessa maneira, Smith percebe através da organização da manufatura que o aumento da produtividade está relacionado com uma adequada divisão do trabalho. Partindo do pressuposto que a divisão do trabalho resulta no aumento da destreza do funcionário, bem como a redução do tempo da produção.

A partir da categoria “divisão do trabalho”, Smith explica não somente a causa do aumento das forças produtivas dentro da manufatura, mas através dela ele fundamenta o surgimento da sociedade comercial o qual ele cria um pano de fundo para mostrar o surgimento da categoria dinheiro e a origem da riqueza.

Conforme o autor, os indivíduos passam a viver por meio da troca na medida em que a divisão do trabalho se generaliza no seio da sociedade. Ele traz a evolução da divisão do trabalho tendo como exemplo uma “tribo de caçadores ou pastores” onde cada membro dessa sociedade passa a se dedicar por um determinado ofício: um dedica-se a caça, o outro a fabricar ferramentas, etc.

. O resultado da generalização da especialização é que as pessoas dessa sociedade passam a intercambiar os excedentes de suas produções criando uma interdependência entre elas. A ampliação da divisão do trabalho intensifica essa inter-relação e os indivíduos cada vez menos produzem tudo aquilo que necessita e passam a viver através do mercado onde obtêm o produto do trabalho alheio. Logo, produz-se mercadorias para trocar no mercado por outras mercadorias para o consumo.

O surgimento do dinheiro conforme Smith tem como fim auxiliar na circulação de mercadorias. Com a generalização da divisão do trabalho tendo como efeito a interdependência entre os indivíduos e a ampliação da esfera do mercado, o escambo de mercadorias passa por algumas dificuldades de se efetivar. Pois é necessário que haja uma mercadoria que seja aceita por todos no ato da troca e que, portanto, represente todas as mercadorias. Essa mercadoria que representa as demais é a mercadoria dinheiro.

Os metais, conforme Smith, passa a exercer essa função em razão das suas propriedades físicas: eles podem ser conservados, mantendo o valor; são divisíveis e podem ser reparados por intermédio da fusão. Logo a função do dinheiro em Smith — influenciado pela TQM de David Hume, moeda como representantes das mercadorias, que permeia toda *A Riqueza das Nações* — tem como função ser utilizada como meio de troca.

Smith desenvolve duas importantes categorias para a sua investigação da origem da riqueza e o que regula a equivalência na troca das mercadorias em dinheiro ou em outras mercadorias, vale dizer: valor de uso e valor de troca. O valor de uso, conforme o autor, indica a utilidade de um determinado bem, à medida que o valor de troca expressa o poder de compra que um determinado objeto possui em relação ao outro (SMITH, 1996). O autor, de modo preciso, narra a origem do valor:

Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1996, p. 87)

À medida que há interdependência entre os indivíduos e precisam do produto do trabalho do outro, passam a intercambiar os excedentes das produções que não serão utilizadas para o consumo pessoal. Quando excede o valor de uso, ou seja, ultrapassa a necessidades do produtor, ele leva essa mercadoria no mercado afim de vendê-la. O que lhe interessa nesse momento é o valor de troca que essa mercadoria possui. O valor que a mercadoria possui é equivalente a quantidade de trabalho que pode “comprar” ou “comandar”.

Para compreendermos a dualidade na teoria do valor-trabalho de Smith, é importante antes ressaltar que o autor desenvolve sua teoria partindo do ponto de vista de uma circulação simples de mercadorias. Cada indivíduo produz um determinado produto com a finalidade de trocar no mercado por outra mercadoria. Smith coloca a equivalência entre a quantidade de trabalho necessário para a produção da mercadoria com a quantidade de trabalho que pode ser poupada e imposta ao outro, isto é, a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode comprar trabalho.

Vejamos, observa que Smith expõe uma igualdade entre “comando sobre todo o trabalho” e “sobre todo o produto do trabalho”. A extensão da riqueza de um indivíduo está relacionada com capacidade que ela possui em adquirir não somente o produto do trabalho alheio, mas também (o que seria equivalente para o autor) a compra do trabalho alheio (trabalho em sua forma assalariada) que executará o trabalho — agregando, portanto, no processo de produção, valor ao produto — que será poupado pelo comprador. O valor da mercadoria é igual a quantidade de trabalho para ser produzida ou igual a quantidade de trabalho que permite comprar. Logo, o trabalho é a medida real do valor de troca (SMITH, 1996).

O trabalho é a medida do valor troca. Mas as pessoas comumente costumam medir, ou nas palavras do autor mais “natural estimar”, o valor de troca das mercadorias por uma outra mercadoria, vale dizer, pelo dinheiro. A mercadoria que passou a exercer a essa função como meio de troca e medida de valor — mostrado anteriormente — são os metais preciosos. Como a teoria da moeda em Smith é influenciada pela TQM de David Hume, os preços das mercadorias no mercado sofrem flutuações em função das quantidades de moedas colocadas em circulação. Logo, o dinheiro sofre variações em seu valor. Diferentemente do trabalho que é uma medida invariável. O trabalho passa a ser o preço real da mercadoria, enquanto o valor medido em dinheiro é o seu preço nominal.

Em suma, Smith põe em equivalência o salário do trabalhador com o valor da mercadoria. O valor dessa mercadoria ao ser vendida gera um poder de compra que é semelhante ao valor do salário (trabalho comandado). Dessa maneira, o poder de compra de uma mercadoria (ou produção) é

proporcional ao que ela pode trocar no mercado de forma equivalente: mercadorias propriamente ditas ou trabalho.

Primeiro a mercadoria pode ser medida pelo dispêndio de trabalho nela exercido; depois ela pode ser medida por algo externo a ela mesma, ou seja, pela quantidade de trabalho que ela pode comandar. O erro em sua formulação é que a dualidade da teoria do valor-trabalho do autor só é possível se o produtor direto auferir todo o produto do seu trabalho, o que não é o caso da sociedade capitalista onde os indivíduos repartem parte do produto do trabalho com o proprietário do capital.

1. Demanda Efetiva e Equilíbrio de Mercado

Smith, a princípio, dedica-se a mostrar o fundamento do valor de troca, aderindo ao trabalho. Em sua conceituação com respeito a origem do lucro ele entra em algumas confusões teóricas. Ele tem em mente que o que agrega valor novo à mercadoria é o trabalho. Esse valor é dividido em duas partes, vale dizer: a primeira paga o salário do contratado e a outra parte é destinada a pagar os lucros do dono capital (SMITH, 1996). Quando o dono da terra exige uma parcela da produção do trabalho realizado em sua terra, essa renda constitui outra parte da produção anual. O preço do produto é formado pelo salário, lucro e renda da terra.

Porém, autor dará um salto em sua teoria da distribuição do produto. Não obstante o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho, nesse momento, ele vai mostrar que o preço do produto é composto pelo somatório das taxas naturais das rendas dos fatores de produção, vale dizer: taxa média do salário, taxa média da renda da terra e a taxa média do lucro. Essas taxas médias ou taxas naturais estão de acordo com a circunstância de cada sociedade. A migração dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) para os diversos setores de produção e a concorrência resulta na formação média em seus preços.

Esse ponto de inflexão na formulação teórica de Smith do fundamento do valor de troca, isto é, o produto formado pela soma das taxas médias das rendas, corresponde a uma análise teórica realizada pelo autor pela ótica do fenômeno do dinamismo do mercado (esfera da circulação). Doravante será enunciado como os preços das mercadorias e as taxas médias das rendas são formados no mercado.

A narrativa teórica da formação dos preços no mercado auxiliará na compreensão que o autor tinha da capacidade do mercado se autorregular, carregando, por sua vez, a potencialidade de corrigir desequilíbrios entre a quantidade ofertada e a demandada de mercadorias. Abstraindo, por conseguinte, a possibilidade de excesso de oferta no mercado e, portanto, uma crise de superprodução.

O preço natural tem como definição o somatório de todas as taxas naturais das rendas que compõe o preço do produto. Ele está circunscrito ao preço médio do salário, do lucro e da renda da terra que subsiste em determinado tempo, lugar e circunstância de cada sociedade. Dessa maneira, o preço natural é o que realmente a mercadoria vale: o seu preço não ultrapassa aquilo que é necessário para pagar o salário, lucro e a renda da terra que está em conformidade com as suas respectivas taxas naturais; tampouco está abaixo do suficiente para pagar as respectivas rendas consoante as suas taxas naturais (SMITH, 1996).

O preço de mercado, por outro lado, é o preço em que a mercadoria é efetivamente vendida, dessa maneira — conforme o autor expõe — o preço de mercado “gravita” entorno do preço natural. Podendo, portanto, ora está acima ora está abaixo do preço natural, ou estarem equivalentes (SMITH, 1996).

O preço de mercado forma-se a partir da relação da quantidade de mercadorias postas no mercado com a quantidade demandada por esta mesma mercadoria, ou seja, forma-se por meio da oferta e demanda. Logo, o preço de mercado ajusta-se a partir da proporção da demanda das pessoas que estão determinadas a pagar pelo preço natural dessa mercadoria com a quantidade posta no mercado (SMITH, 1996). As pessoas que estão dispostas a pagar pelo preço natural de uma mercadoria é o que o autor chama de demanda efetiva. Isso significa que a demanda dessas pessoas é aquilo que efetivamente tem a potencialidade com que faça que o comerciante ponha a mercadoria no mercado, uma vez que esse preço é o suficiente para cobrir as taxas naturais dos componentes do preço do produto (SMITH, 1996).

Se a quantidade de mercadorias postas no mercado estiver acima da demanda efetiva, o comerciante vai ter que vender o excedente dessa mercadoria àquelas pessoas que tenham interesse em comprá-la por um preço menor. O que, por consequência, seu preço tenderá a cair. Essa queda estará também em proporção com a magnitude da concorrência entre os vendedores bem como o interesse de cada um desfazer-se dessa respectiva mercadoria.

Se a quantidade de mercadorias postas no mercado for menor do que a demanda efetiva, não poderá suprir todos os indivíduos que ensejam pagar pelo preço natural. Dessa maneira, a concorrência entre os indivíduos (compradores) fará com que o preço do produto aumente, posto que alguns terão a disponibilidade em pagar um preço maior por aquela mercadoria que está em falta no mercado afim de obtê-la.

Dessa forma, a livre concorrência, o grau de riqueza dos indivíduos, a necessidade de desfazer-se da mercadoria (como é o caso de alguns bens que perecerem com maior rapidez); bem como a necessidade de cada indivíduo obter essa mesma mercadoria são fatores que auxiliam na flutuação do preço de mercado em relação ao preço natural. Quando o preço de mercado condizer com a demanda efetiva — demanda que é o suficiente para colocar o produto no mercado, uma vez que

cobre o preço de todas as taxas naturais dos elementos que compõe o preço do produto — o montante dessa produção será absorvido pelo seu preço natural.

A quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva. É interesse de todos os que empregam sua terra, seu trabalho ou seu capital para colocar uma mercadoria no mercado, que essa quantidade não supere jamais a demanda efetiva, e todas as outras pessoas têm interesse em que jamais a quantidade seja inferior a essa demanda. (SMITH, 1996, p. 111)

A tendência é que a quantidade de mercadorias postas no mercado iguale-se à demanda efetiva. Pois de um lado há o interesse dos vendedores que essa produção não exceda a demanda efetiva, visto que esse excesso achata o preço das mercadorias. Por outro lado, temos os consumidores cujos interesses consiste em que a quantidade de mercadorias no mercado não esteja abaixo do nível da demanda efetiva, posto que tende a elevar o preço do produto. A “pressão” entre oferta e demanda tem como efeito manter o mercado em equilíbrio, de modo que as quantidades de mercadorias ofertadas se ajustam a demanda efetiva.

A oscilação do preço do produto ou da produção reflete no preço dos componentes que o compõe, vale dizer: contrai ou aumenta o preço de uma das rendas (salário, lucro e renda da terra). Quando os interesses dos fatores de produção são atingidos pela diminuição do preço do produto, diminuindo, por sua vez, suas respectivas rendas, há uma imigração desses fatores para outras atividades econômicas em que haja um maior rendimento. A livre migração de capitais e mão de obra entre os setores de produção resulta na formação média do lucro e dos salários.

Por exemplo: se uma determinada atividade econômica exceder o seu nível de produção em relação a demanda efetiva e contrair, por sua vez, o seu lucro; o dono do capital deixará de aplicar parte desse capital — reduzindo, por sua vez, a quantidade da produção — até que a oferta chegue ao nível da demanda efetiva. Se a oferta da produção for menor que a demanda efetiva que, por consequência, eleva o preço do produto; o empresário irá empregar uma maior quantidade de capital para suprir a demanda e, conseqüentemente, alcançará a demanda efetiva. O mesmo raciocínio é semelhante com a alocação do fator trabalho.

Observe-se que quando a aplicação do capital em um determinado setor não tiver retornos esperados por falta de demanda suficiente para absorver a oferta, haverá uma migração de capitais para outros setores em que há maior lucratividade. Entretanto, quando vários indivíduos empregam capital em um determinado ramo onde o produto está sendo demasiado demandado (o que eleva os salários dos trabalhadores devido a sua alta demanda) a concorrência fará com que o lucro do capital diminua. Esse setor, por consequência, formará uma taxa média do lucro. Por essa razão, Smith observa que o lucro estará em conformidade com a extensão do capital.

O desenvolvimento teórico da dinâmica do mercado formulado por Smith mostra que os desequilíbrios parciais em determinados setores de produção são corrigidos através da concorrência e da livre migração de capitais. A tendência é que o mercado chegue ao equilíbrio e, portanto, a quantidade ofertada se iguale a quantidade demandada. Logo, toda a produção de mercadorias é absorvida pela demanda na esfera de circulação o que, por sua vez, elimina a possibilidade de haver uma crise de superprodução de mercadorias.

2. Parcimônia e Acumulação de Capital.

No capítulo III do livro 2 de *A Riqueza das Nações* intitulado “Acumulação de Capital, ou o Trabalho Produtivo e o Improdutivo” há alguns pontos importantes para serem observados na formulação teórica de Smith que dispensa a possibilidade de uma superprodução demasiada de produtos: o dinheiro utilizado apenas como meio de troca e a relação entre poupança, investimento e consumo. Primeiro vimos como o autor, a partir das categorias desenvolvidas, mostra como o mercado se ajusta sem a necessidade de interferências exógenas e, por consequência, a oferta e a demanda de mercadorias se igualam. Agora veremos os pressupostos da acumulação de capital e a relação da importância da moeda para concatenação teórica.

Vimos que o real valor da mercadoria está relacionado com a quantidade de trabalho necessária para produzi-la ou a capacidade que essa mercadoria possui de comandar trabalho. Poder de compra que essa mercadoria possui pode ser convertido na compra de trabalho e na compra de mercadorias. A compreensão da categoria valor de troca desenvolvida por Smith é essencial para desenvolvermos o raciocínio do autor na acumulação de capital.

Para Smith existe dois tipos de trabalho o qual ele separa em duas categorias: trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo tem como característica o trabalho que acrescenta valor em algum objeto ou mercadoria, na medida que este seja “vendável”. Como é o caso do trabalho do manufator. O trabalho produtivo não custa nada para quem o emprega, embora o dono capital adianta o salário do trabalhador, o capital adiantado é resposto acrescido de um valor maior, ou seja, mais o lucro. Como já foi salientado, o valor novo agregado pelo trabalho na produção é dividido entre os trabalhadores e os empresários em forma de renda: salários e lucros.

O trabalho improdutivo, por outro lado, ao ser posto em movimento não agrega valor em um objeto específico. O seu serviço ao ser executado desaparece no mesmo instante, visto que não se “fixa” e não é “realizado” em um determinado objeto, por exemplo, as profissões liberais como: advogados, médicos, etc.

Dessa maneira, na investigação da origem da riqueza das nações, Smith observa que os países mais ricos se dedicam a aplicar o seu capital na contratação do contingente de mão de obra produtiva. Na narrativa da teoria do valor-trabalho, ele mostra que uma mercadoria possui a potencialidade de comandar trabalho, ou seja, de pôr em movimento certa quantidade de trabalho. Então, a produção anual de um dado país e, portanto, o valor de troca que essa produção possui, está relacionado com o contingente de mão de obra produtiva que essa nação contrata. Pois o trabalho improdutivo não consegue pôr em movimento igual quantidade de trabalho, visto que não gera valor.

Todas as categorias de trabalho, assim como os que não executam nenhum ofício são mantidos pela produção anual realizado pelo contingente de mão de obra produtiva cujo trabalho agrega valor à produção. Parte dessa produção divide-se em repor o capital adiantado, por vezes a maior parte, ou seja, manter as pessoas produtivas e comprar os materiais aplicados na produção. Após a dedução do capital adiantado, o restante constitui a renda para o dono do capital (lucro) ou também constitui uma renda para o proprietário da terra (renda da terra).

Deste modo, o capital adiantado na contratação de trabalhadores produtivos compõe os salários destes e, portanto, uma renda. Para Smith, o trabalho improdutivo é mantido por rendas, seja pela renda da terra, seja pelo lucro. Ou até mesmo pelo próprio trabalhador que estiver condições a manter algum empregado doméstico. A parte da produção destinada a repor o capital não é destinado a outro fim a não ser para manter pessoas produtivas (SMITH, 1996). Pois “Toda parcela do estoque que um proprietário emprega como capital, ele sempre espera que lhe seja repostada com lucro.” (SMITH, 1996, p. 335). Portanto a produção é dividida entre a parte que repõe o capital adiantado, o lucro e a renda da terra.

O que se economiza anualmente é consumido com a mesma regularidade que aquilo que se gasta anualmente, e também quase ao mesmo tempo; todavia, o consumo é feito por uma categoria diferente de pessoas. A parte da renda do rico que esta gasta anualmente, na maioria dos casos, é consumida por hóspedes ociosos e criados domésticos, que nada deixam atrás de si em troca de seu consumo. Aquela parte da renda que ele economiza anualmente, já que é imediatamente empregada como capital em função do lucro, é igualmente consumida, mas por uma categoria diferente de pessoas: trabalhadores, fabricantes e artífices, que reproduzem com lucro o valor de que consomem anualmente. (SMITH, 1996. p. 339).

Ele separa o consumo em categorias distintas de pessoas, pois existe um consumidor que não somente absorve a oferta de mercadorias, mas acrescenta valor na produção anual. Tanto os trabalhadores produtivos como os trabalhadores improdutivos demanda produtos por meio de suas rendas, os seus salários são convertidos em consumo de mercadorias. Porém, existe uma diferença no consumo do trabalhador produtivo em relação ao improdutivo.

O primeiro recebe o seu salário o qual será gasto no consumo imediato das suas necessidades pessoais; mas pelo fato do seu trabalho agregar valor à produção, ele não somente absorve a produção ofertada mas agrega valor à produção anual. Esse trabalhador demanda produtos, gasta, por sua vez,

sua renda na compra de mercadorias e “enriquece” o valor do objeto ao qual ele trabalha na produção. Em suma, a parte alocada da produção para a sua manutenção é resposta com lucro. O mesmo não ocorreria com o trabalhador improdutivo.

Então, o consumo é dividido entre o consumo dos trabalhadores improdutivos, dos trabalhadores produtivos, do dono do capital e do proprietário de terra. Os trabalhadores convertem as suas rendas em bens de consumo. A renda do dono do capital, o lucro, pode servir para o seu consumo pessoal e para a contratação de pessoas improdutivas ou produtivas. No entanto, lhe é mais vantajoso aplicar a maior parte do seu rendimento em tipo de trabalho que agrega valor, ou seja, aplicar o capital em função do lucro (investimento).

O que se pode conceber é que o valor auferido da produção anual será integralmente convertido em consumo e investimento. As rendas salários, lucros e renda da terra convertem-se em consumo de mercadorias. O lucro será destinado tanto a constituir uma renda para o empresário, quanto para servir-lhe como capital. Vimos que parte que repõe o capital adiantado não é utilizado a outro fim a não ser para manter o contingente de mão de obra produtiva.

Smith pressupõe que a parcimônia ou poupança da produção anual de uma nação converte-se em investimento, de modo que a parcimônia se torna a propulsora do aumento de capital: “Tudo aquilo que uma pessoa economiza de sua renda, ela o acrescenta ao seu capital [...]” (SMITH, 1996, p. 339). Não obstante o trabalho gerar o valor que permite a acumulação, esse valor novo criado não terá efeito crescente na acumulação de capital (investimento) se não for antes poupado e, posteriormente, aplicado no trabalho produtivo. Logo, a poupança (parcimônia) converte-se em acumulação (investimento) o que, por consequência, aumenta a riqueza do país. Conforme Adolfo Rodríguez Herrera:

Sin embargo, el propósito del ahorro nos es el atesoramiento (a menos que el individuo esté << perfectamente loco), sino que <<em aras de la ganancia >> es colocado en préstamo. Como el prestatario se endeuda con el objetivo de usar el dinero para comprar bienes y servicios, la venta sería finalmente seguida por una compra, aunque el vendedor y el comprador no sean la misma person. Esta es la polémica doctrina de que el ahorro termina siempre siendo invertido, que Keynes identifica con el fundamento de la << Ley de Say>>, común a todos los economistas que denomina <<clásicos>>. (HERRERA, 2012, p. 26)

Nesse caso, o autor ressalta que a concepção de Smith da poupança traduzir-se em investimento, tornou-se um pressuposto na formulação da lei de Say. Vimos na formulação da lei dos mercados de Say que a produção tem como fim obter outras mercadorias, seja para consumo pessoal, seja para comprar matérias primas (ser utilizado como capital). Em Smith, a poupança não tem como intenção entesourar a riqueza produzida, mas aplicá-la na forma de capital (investir) afim de obter lucro. Esse investimento pressupõe a contratação de uma massa de trabalhadores o que pressupõe, por

sua vez, demanda por produtos. Mesmo aqueles que não forem utilizar o rendimento como capital, emprestam a juros para que outros venham a investir.

Em Smith, bem como Say, a funcionalidade do dinheiro se restringe como medida de valor e como facilitadora da operação entre compra e venda: “A única utilidade do dinheiro é fazer circular bens de consumo” (SMITH, 1996, p. 341) e “Sendo maior o valor dos bens de consumo que anualmente circulam no seio da sociedade, exigir-se-á uma quantidade maior de dinheiro para operar tal circulação” (SMITH, 1996, p. 341). Dessa forma, o autor retira da categoria dinheiro a possibilidade de servir como forma de entesouramento que per si pode obstruir a circulação de mercadorias.

Na formulação teórica de Smith, vimos que não há possibilidade de crises dentro do sistema capitalista emergente. A construção das categorias permitiu que o autor sustentasse a potencialidade que o capitalismo nascente tinha em criar riqueza e manter a economia sempre em equilíbrio. O mercado se autorregula corrigindo eventuais desvios e o valor auferido da produção converte-se em consumo de mercadorias, assim como em investimento, eliminado, por conseguinte, a possibilidade de uma desproporção demasiada de mercadorias que não podem ser vendidas. O consumo total e o investimento tornam-se proporcional a produção total. Dessa forma, o valor auferido na produção sempre será destinado a um fim.

3. Impossibilidade de Crise em David Ricardo

Ricardo foi um dos expoentes do pensamento econômico que mais teve influência. A partir dele — juntamente com John Stuart Mill — a lei dos mercados de Say foi incorporada no arcabouço teórico das ciências econômicas e tonou-se um dos fundamentos da economia ortodoxa. Miglioli muito bem salienta que: “[...] para o desenvolvimento da assim chamada Ciência Econômica, David Ricardo (1772-1823) não apenas aceitou a concepção de Say como também procurou aplicá-la coerentemente no estudo de certos problemas que a envolvia, como, por exemplo, no problema da acumulação de capital.” (MIGLIOLI, 1979, p. 1).

Vimos como Smith, de maneira sofisticada, desenvolve os pressupostos do dinamismo do mercado até chegar à conclusão da sua potencialidade de se autorregular. Foi analisado que na esfera da circulação se forma uma taxa média das rendas resultante da concorrência e migração dos fatores de produção e, portanto, em sua teoria da distribuição, o produto é formado pela soma das taxas naturais das rendas. Logo, quando a demanda de um bem aumenta em relação a sua oferta a tendência é que o seu preço aumente. Mas em virtude do alto rendimento desse setor, haverá uma migração de capitais para esse respectivo ramo de atividade econômica afim de apropriar-se de maior

lucratividade. A migração e a concorrência de capitais resultam na contração do lucro; embora os salários dos trabalhadores, nesse exemplo, têm como efeito a sua elevação devido ao aumento da demanda por mão de obra.

No capítulo XXI de *Princípios de Economia Política e Tributação* denominado “Efeitos da Acumulação Sobre os lucros e o Juro” Ricardo contrapõe-se a Smith no que diz respeito a redução dos lucros em razão da concorrência. A formulação teórica do autor desencadeará em sua defesa da lei dos mercados e justificará a razão da não possibilidade de uma superprodução generalizada de mercadorias, e, portanto, a oferta sempre encontrará uma demanda.

Na formulação da teoria do valor-trabalho, Ricardo se desvincula da dualidade criada em Smith e adere a quantidade de trabalho necessária a produção da mercadoria o fundamento do seu valor de troca. A teoria do valor-trabalho desenvolvida pelo autor cria um fundamento para sustentar a sua teoria da distribuição onde os salários dos trabalhadores e os lucros do capitalista são inversamente proporcionais: uma elevação no nível salarial gera uma queda na taxa de lucro.

O salário do trabalhador é relacionado com o seu nível de subsistência e, por conseguinte, o seu valor é quantidade de trabalho necessária para produzir os bens os quais o salário é gasto. Logo a queda dos salários está relacionada com a queda do preço dos mantimentos do trabalhador. A redução do valor do trabalho tem como causa a introdução da maquinaria para a produção dos bens de primeira necessidade, assim como a produção de bens alimentícios em terras mais férteis. Pois exigirá uma menor quantidade de trabalho necessário à sua produção, havendo uma maior produtividade. Essa seria uma causa que aumenta a taxa de lucro, a introdução do progresso técnico na produção dos mantimentos consumidos pelos trabalhadores.

Por essa razão o autor contrapõe se a Smith, uma vez que, segundo a sua concepção, a acumulação de capital não causará uma queda na taxa de lucro, a não ser que haja alguma variável que influencie na elevação dos salários e que, portanto, abaixa a taxa de lucro.

Nesse capítulo, Ricardo entrará em defesa à lei dos mercados de Jean Baptiste Say em que toda a oferta encontra uma demanda. Say, como já foi enunciado, tem como pressuposto que toda a renda será gasta e que a moeda serve somente como meio de circulação, ou seja, produtos são trocados por produtos.

Ricardo vai afirmar que Say “mostrou de maneira mais satisfatória” que sempre vai existir uma demanda pela qual o capital pode ser empregado, uma vez que a único limite da demanda é o nível da produção. A finalidade da produção é o consumo. Produz-se para vender e com o montante de valor recebido por meio da venda, compra-se outros produtos, isto é, a produção como satisfação das necessidades. O autor parte do pressuposto que o desejo para a satisfação é ilimitado e, desta forma, sempre vai existir uma demanda que pode ser empregado o capital.

Ninguém produz a não ser para consumir ou vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar qualquer outra mercadoria que possa ser imediatamente utilizada ou possa contribuir para a produção futura. Produzindo, portanto, um indivíduo torna-se consumidor de seus próprios produtos ou comprador e consumidor dos produtos de outro. (RICARDO, 1982, p. 197-198)

Ricardo desenvolve muito bem no decorrer dos *Princípios de Economia Política e Tributação* a concepção do novo modo de produção que estava se consolidando, o capitalismo, cuja finalidade é auferir lucro. A sua preocupação visava em enunciar como era regida as leis da distribuição da produção o qual ele percebe os modos para obter uma maior taxa de lucro. No entanto, a citação que segue Ricardo expõe uma economia de circulação simples de mercadorias, M-D-M, cuja a finalidade de produzir é obter outra mercadoria. Ao colocar o motivo da venda sempre com o objetivo de efetuar uma compra, abstrai a possibilidade de a produção não ser vendida.

Portanto, o autor — assim como Smith e Say — compartilha a mesma ideia da funcionalidade da moeda formulada por Hume, isto é, reduzi-la com meio de troca. Dessa forma, os produtos são trocados por produtos. Nesse caso, a acumulação de capital continuará crescente, na medida em que os salários dos trabalhadores permanecer em um nível cuja a aplicação deste capital traga retornos significativos. Caso haja aumento salarial em razão do aumento dos preços dos produtos os quais os salários são gastos, diminuirá, por sua vez, a aplicação deste capital. Posto que haverá queda na taxa de lucro. Essa é a razão para que reduza a acumulação.

Enquanto o indivíduo tiver “desejo por satisfazer” e meios para tal, ou seja, “poder de compra”, a sua demanda sempre será efetivada. Se ele receber uma determinada quantia em dinheiro, ele não a entesourará, mas aumentará os seus gastos. O poder de compra pode ser convertido em consumo de bens pessoais, bem como utilizado produtivamente para a contratação de contingente de mão de obra e na compra de matérias-primas. Caso o possuidor de dinheiros não o utilizasse, emprestaria a outro para o mesmo fim. A questão colocada por Ricardo é que o poder de compra gerado na produção sempre se converte em consumo e, portanto, em demanda. Seja para o consumo de bens pessoais, seja para a compra de matérias-primas e contratação de contingente de mão de obra cujo salário será gasto. Dessa maneira, o poder de compra gerado na produção por ser integralmente convertido em consumo, cria sempre uma demanda no valor proporcional ao da produção.

A natureza, portanto, limitou necessariamente o montante de capital que pode ser aplicado com lucro na agricultura em determinado período, mas não colocou limites ao montante de capital que pode ser aplicado na produção de ‘comodidades e artigos de luxo’ para a existência humana. (RICARDO, 1996, p. 199).

A afirmação é posterior a uma citação que o autor faz a Smith quando este diz que o desejo pelos alimentos é limitado pelo estômago, mas em relação as demais necessidades: artigos de luxo,

roupas, etc. não há limites. O que implica, por sua vez, que sempre vai ter uma demanda superior à oferta e, portanto, sem possibilidades de haver uma crise de superprodução generalizada de mercadorias. Vejamos, Ricardo assemelha o “desejo por satisfazer” por “poder de compra”. Ele pressupõe que todos os indivíduos converterão as suas rendas em consumo. Se sempre há desejo por satisfazer necessidades e isso implica simultaneamente a compra de bens, sempre haverá uma demanda, basta haver poder de compra para tal fim. O meio pelo qual a demanda pode ser satisfeita é o aumento da produção.

Em razão da previsibilidade e conhecimento que o empresário tem do mercado, ele não ficaria muito tempo em um setor onde a aplicação de capital não lhe trouxer retornos significativos. Consequentemente, o capitalista migrará o seu capital para outro ramo de atividade econômica em que haja demanda. A locação de capital permite que se corrija o excesso de mercadorias que não consegue realizar-se.

Sumarizando, Ricardo concebe a possibilidade de crises parciais em alguns setores da produção que são corrigidos pela migração de capitais. Sempre haverá uma demanda superior à oferta, uma vez que não há limites para a satisfação dos desejos dos indivíduos em consumir. Logo, o autor descarta a possibilidade de uma crise de superprodução generalizada sustentando teoricamente através da lei dos mercados de Jean Baptiste Say e adotando a moeda apenas como meio de circulação. O poder de compra gerado na produção é proporcional a sua própria demanda. Logo, a oferta se iguala a demanda e o mercado entre em equilíbrio.

A divergência encontrada em Ricardo em relação ao Smith é que este relata que o acúmulo de capital que resulta no aumento do salário, abaixa o lucro em razão da concorrência dos capitais. Ricardo, por outro lado, mostra que a maneira pela qual o lucro cai é em razão do aumento do salário. Pois enquanto houver demanda sempre haverá aplicação de capitais até que o aumento dos salários resultante do aumento dos mantimentos dos trabalhadores contraia os lucros. Ao adotar a lei dos mercados, ele procura aplicá-la de modo a provar a inexistência de crises. A falta de demanda de uma dada mercadoria causará a migração de capitais para a produção de outra mercadoria em que haja demanda. A demanda é sempre ilimitada, posto que a satisfação dos indivíduos é ilimitada e sempre haverá um bem ou serviço que em as pessoas terão dispostas em gastar as suas rendas. Em suma, a procura é limitada pela produção e não há possibilidades de uma crise de superprodução generalizada.

4. Conclusão:

A Economia Política Clássica tem como fundamento a origem da riqueza o trabalho. A categoria valor, torna-se a base para formulação teórica dos dois representantes da escola clássica: Adam

Smith e David Ricardo. De modo preciso, empenharam-se em mostrar a dinâmica do novo modo de produção. Perscrutaram em mostrar a potencialidade da geração de riqueza que esse sistema era capaz e se preocuparam em mostrar teoricamente as leis que o regia.

A lei dos mercados de Jean Baptiste Say e a TQM de Hume tornaram-se os fundamentos da Economia Política Clássica. A TQM que pressupõe a moeda como representantes das mercadorias permeia toda a literatura econômica de Smith. Ricardo incorpora como pressupostos do seu arcabouço teórico não apenas a TQM, mas também a lei dos mercados a qual toda a oferta encontra uma demanda. A partir desses fundamentos, a concepção de crises em Smith — assim como em Ricardo —, no capitalismo, é descartada. Smith não trata especificamente do assunto, relata desproporções entre oferta e demanda de mercadorias que podem ser corrigidos pelo livre mercado. Ricardo menciona a possibilidade de demasiado excesso de oferta na produção de algumas mercadorias que não encontram demanda. Mas a migração de capitais corrigiria a superprodução de mercadorias.

Smith relata a formação da sociedade comercial derivada da generalização da divisão do trabalho onde cada indivíduo passa a viver por meio da troca da produção. O autor desenvolve a origem da categoria dinheiro atribuindo-lhe a função como meio de circulação e medida de valor.

Ao tratar da esfera da circulação das mercadorias, conclui que o mercado possui a capacidade de se autorregular sem a necessidade que alguma variável externa intervenha. Dessa maneira, a quantidade de mercadorias ofertadas sempre se ajustam a demanda efetiva. Logo, não há possibilidade de haver excedente na produção. Com a livre concorrência e a livre migração dos fatores de produção, a oferta de mercadoria postas no mercado tende-se a condizer com a demanda efetiva.

As rendas auferidas pela produção — salário, lucro e renda da terra — são convertidas em consumo. O lucro do capitalista pode ser destinado para o consumo pessoal e parte pode ser utilizado como capital. A poupança é destinada a acrescentar ao capital afim de auferir lucro. Dessa maneira, a poupança se converte em investimento, o que permite, por sua vez, a acumulação crescente de capital. O autor não coloca a possibilidade desse poder de compra gerado na produção não ser gasto de alguma forma. A força do mercado ajusta a quantidade demandada com a quantidade ofertada. E toda a renda auferida pela produção é convertida em consumo de bens ou inserida na acumulação de capital que, pressupõe, por sua vez, compra de materiais aplicados na produção e o pagamento dos salários dos trabalhadores, ou seja, em demanda.

Ricardo ao discorrer sobre a acumulação de capital defende a lei de Say. A demanda é limitada pela quantidade de mercadorias produzidas, ou seja, pela oferta. Enquanto houver desejo por satisfazer as necessidades, ou seja, de obter mercadorias de valor de uso, na medida em que tiver poder de compra, haverá sempre uma demanda. O desejo traduz-se simultaneamente, assim como ocorre na teoria formulada em Say, em demanda. O poder de compra é confundido com o desejo de

comprar o que implica, por sua vez, que as pessoas comportarão do mesmo modo, gastando toda a renda em bens de consumo.

O autor aponta a possibilidade de uma crise parcial na produção de algumas mercadorias. Mas o capitalista não permaneceria muito tempo aplicando o seu capital o qual não houvesse demanda. Devido ao conhecimento do mercado ele migraria o capital e o aplicaria na produção de mercadorias que houvesse demanda. Ricardo, Smith e Say tem a mesma concepção da moeda, atribuindo-lhe a função como meio de circulação. Então, produtos são trocados por produtos.

Dessa maneira, enquanto o desejo de satisfazer as necessidades for ilimitado, a demanda, por sua vez, também será. O poder de compra é gerado na produção, logo, é na esfera da produção que se encontra os mecanismos para satisfazer as necessidades da demanda ilimitada. A oferta sempre encontrará uma demanda.

A Economia Política Clássica mostra o mercado como a esfera de troca de mercadorias onde o dinheiro é o intermediador da operação entre compra e venda. É nítido que os dois representantes da escola clássica tinham em mente que o objeto de investigação o qual eles trabalhavam visava o lucro. Todavia, ao mesmo tempo, eles trataram o sistema capitalista como uma economia simples de troca em que a finalidade é produzir para trocar mercadorias para o consumo.

O valor da produção converte-se em consumo pessoal ou para ser utilizado como capital. O mercado possui leis próprias que sempre se mantém em equilíbrio de modo que a oferta sempre se iguala a demanda. Abstraindo, por sua vez, a possibilidade de crises generalizadas no seio do capitalismo. Esses autores influenciaram o pensamento econômico ortodoxo e esses pressupostos tornaram-se os fundamentos para a defesa de um dinamismo sempre crescente da produção de riqueza sem a possibilidade de crises.

Referências:

ARTHMAR, R. **Especulação e Crises Comerciais na Teoria Clássica**. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, 2005.

HUME, D. **Escritos sobre economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HERRERA, A.R. **La Ley de Say: debate sobre el origen de la crises**. Madri: Maia Ediciones, 2012.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. 1979. Tese (livre-docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 8ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RUBIN, I.I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

SAY, J.B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

SÁ BARRETO. **De Smith a Marx: curso introdutório em dez aulas**. São Paulo: Usina Editorial. 2021

SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. **On the Outline of the History of Economic Thought**. Oxford: Oxford University Press. 2005.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. 1**. São Paulo: abril Cultura, 1996.